

HABEAS CORPUS Nº 513.766 - RS (2019/0160716-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : THIELE FONSECA PONTES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de THIELE FONSECA PONTES contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no Agravo em Execução n.º 70077281186 (N.º CNJ: 0093330-17.2018.8.21.7000).

Consta dos autos que, em razão do Paciente supostamente ter descumprido as regras de utilização de tornozeleira eletrônica, a Magistrada das Execuções Criminais revogou a sua inclusão em sistema de monitoramento, mas deixou de designar audiência de justificação para apurar eventual falta grave (fl. 131).

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso de agravo em execução, que foi provido pela Corte de origem, a fim de "*ser a falta grave supostamente cometida pelo apenado apurada, com a consequente designação de audiência pessoal do agravado*" (fl. 183).

Neste *writ*, a Defensoria Pública alega, em suma, que não há falta grave, por ausência de previsão legal. Desse modo não se verifica "*fundamento lídimo para a instauração de procedimento administrativo disciplinar, com a designação de audiência de justificação*" (fl. 7).

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado até o julgamento final deste *habeas corpus* e, no mérito, seja reformada a decisão colegiada que determinou a apuração da suposta falta grave.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado pela Parte

Impetrante não é de reconhecimento inequívoco.

No caso, a Corte de origem, ao dar provimento ao agravo em execução, consignou que (fls. 181-183; sem grifos no original):

"[...]

A falta deve ser apurada, com a conseqüente designação de audiência pessoal do agravado, a fim de lhe dar oportunidade de manifestar-se acerca do ocorrido, em respeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 118, § 2º, da LEP.

Nesse sentido, a instauração do procedimento judicial para a apuração da falta grave é impositiva e necessária. Outrossim, o cometimento de falta grave deve ser avaliado após a referido audiência de Justificação, com a presença do Ministério Público e da defesa técnica, em respeito ao devido processo legal.

[...]

Assim, somente após o devido processo legal, qual seja a audiência de justificação, o magistrado poderá reconhecer ou não a natureza grave da conduta faltosa, no que não se pode avançar, neste momento, sob pena de supressão de instância.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo, para o fim de ser o falta grave supostamente cometida pelo apenado apurada, com a conseqüente designação de audiência pessoal do agravado, nos termos do artigo 118, § 2º, da LEP

[...]."

Como se vê, os fundamentos apresentados não se mostram, ao menos *prima facie*, desarrazoados ou ilegais, pois, em princípio, estão em conformidade com o entendimento desta Corte de Justiça, no sentido de que "[o] Superior Tribunal de Justiça, apreciando recurso representativo da controvérsia - REsp. 1.378.557/RS -, pacificou o entendimento no sentido da imprescindibilidade da instauração, pelo Diretor do estabelecimento prisional, de Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD para a apuração e reconhecimento da falta grave. Inteligência da Súmula n. 533/STJ." (HC 454.646/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe de 17/08/2018.)

Ademais, o descumprimento das regras da tornozeleira eletrônica, a depender das circunstâncias do caso, poderá configurar falta grave ou sanção disciplinar prevista no art. 146-C, parágrafo único, da Lei de Execução Penal, de modo que, *primo ictu oculi*, é essencial a instauração de procedimento disciplinar para a apuração dos fatos.

Acerca do tema, cito o seguinte julgado desta Corte Superior:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UTILIZAÇÃO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA SEM BATERIA. FALTA GRAVE. VIOLAÇÃO DO PERÍMETRO DE INCLUSÃO. SANÇÃO DISCIPLINAR DE REGRESSÃO DE REGIME PREVISTA NA LEP. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A teor dos precedentes desta Corte, a utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta grave, nos termos dos arts. 50, VI, e 39, V, ambos da LEP, pois o apenado, com sua conduta, descumpra as ordens do servidor responsável pela monitoração e impede a fiscalização da execução da pena. 2. Além do mais, o reeducando violou a zona de monitoramento dezoito vezes, o que também autoriza sanção disciplinar de regressão de regime, a teor do art. 146-C, parágrafo único, I, da LEP.

3. As instâncias ordinárias consideraram inacreditáveis as alegações de que os fatos se deram para execução de trabalhos, atendimento de saúde, conversas com defensor e idas ao fórum eleitoral. As justificativas não podem ser reexaminadas por este Superior Tribunal, pois trata-se de controvérsia fática, cuja resolução encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.766.006/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018; sem grifos no original.)

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

